



**ACÓRDÃO Nº 618/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 11823/2018.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual

**3- Responsável:** Antonio Lopes de Souza (Ordenador de Despesa), Carlos Alberto Cavalcante de Souza (Ordenador de Despesa)

**4- Advogado:** Não Possui

**5- Órgão:** Junta Comercial do Estado do Amazonas - JUCEA

**6- Exercício:** 2017

**7- Unidade Técnica:** DICA1

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2763/2019-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.

**9- Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Junta Comercial do Estado do Amazonas - JUCEA. Exercício de 2017.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar Regular com Ressalvas** as Contas do **Sr. Carlos Alberto Cavalcante de Souza**, Presidente e ordenador de despesa da JUCEA (U.G: 16201), referente ao exercício de 2017 (janeiro a outubro), nos termos do art. 22, inciso II, da Lei nº 2.423/1996-LOTCE/AM, c/c art. 188, II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, quais sejam as ausências de:

**10.1.1.** Registro de atos administrativos que devem constar cronologicamente nas pastas funcionais e a inexistência de “guia financeira”, que demonstre o resumo da evolução das percepções auferidas pelo servidor do órgão;

**10.1.2.** De adjudicação do objeto da licitação e da sua homologação atos de procedimento licitatório;

**10.1.3.** Certidões da empresa contratada referente ao contrato nº 02/2017;



**ACÓRDÃO Nº 618/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 10.1.4.** Comprovação de fidedignidade do saldo da "Conta caixa" em dezembro de 2017;
- 10.1.5.** Comprovação de fidedignidade do saldo do "Ativo imobilizado"; e
- 10.1.6.** Comprovação de fidedignidade do saldo de "Demais Créditos e valores a curto prazo";
- 10.2. Julgar Regular com Ressalvas** as Contas do **Sr. Antonio Lopes de Souza**, Presidente e ordenador de despesa da JUCEA (U.G: 16201), referente ao exercício de 2017 (outubro a dezembro), nos termos do art. 22, inciso II, da Lei nº 2.423/1996-LOTCE/AM, c/c art. 188, II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, quais sejam as ausências de:
- 10.2.1.** Registro de atos administrativos que devem constar cronologicamente nas pastas funcionais e a inexistência de "guia financeira", que demonstre o resumo da evolução das percepções auferidas pelo servidor do órgão;
- 10.2.2.** Certidões da empresa contratada referente ao contrato nº 02/2017;
- 10.2.3.** Comprovação de fidedignidade do saldo da "Conta caixa" em dezembro de 2017;
- 10.2.4.** Comprovação de fidedignidade do saldo do "Ativo imobilizado"; e
- 10.2.5.** Comprovação de fidedignidade do saldo de "Demais Créditos e valores a curto prazo";
- 10.3. Aplicar Multa** ao **Sr. Carlos Alberto Cavalcante de Souza**, com fulcro no art. 53, parágrafo único da Lei Orgânica desta Corte de Contas, no valor de **R\$ 7.000,00**, em razão das ressalvas contidas no item 10.1 deste Acórdão, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;
- 10.4. Aplicar Multa** ao **Sr. Antonio Lopes de Souza**, com fulcro no art. 53, parágrafo único da Lei Orgânica desta Corte de Contas, no valor de **R\$ 4.000,00**, em razão das ressalvas contidas no item 10.2 desta Acórdão, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual



**ACÓRDÃO Nº 618/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

**10.5. Dar ciência à JUCEA e aos Srs. Carlos Alberto Cavalcante de Souza e Antônio Lopes de Souza.**

**11- Ata:** 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 16 de Julho de 2019

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Luiz Henrique Pereira Mendes.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente, em substituição

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral